

O PATRIMÔNIO IMATERIAL COMO FERRAMENTA DE FOMENTO DE EDUCAÇÃO, NA ZONA FRONTEIRIÇA: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS E SUAS LEGITIMAÇÕES CONSTITUCIONAIS

Eva Terezinha Ferreira Jornada¹
Muriel Pinto²

RESUMO: Este artigo tem como tema: A valoração do Patrimônio Imaterial de integração fronteiriça. Tem por objeto de estudo as Políticas Públicas Culturais e Educacionais / Resgate de memórias linguísticas fronteiriças. Cujo objetivo é pontuar os direitos patrimoniais para disseminar a importância dos bens culturais imateriais, a fim de valorizá-los como patrimônio imaterial, nas diferentes modalidades de ensino, da Educação Básica. Cujo propósito é incentivar a produção oral, textual e cultural dos discentes como uma possibilidade de valorizar às questões de patrimônio imaterial, produzido pelos sujeitos que vivem em São Borja. Município que faz parte da mesorregião Metade Sul, no oeste do Rio Grande do Sul, municipalidade vizinha de Santo Tomé, Argentina. Alimenta-se a ideia de pertencimento e promoção de uma cultura de respeito à diversidade linguística com viés a interculturalidade. Como resultado, elenca-se o porquê da pontuação da média abaixo da esperada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), na área de linguagens, no ano de 2017. Utilizar-se-á a metodologia da pesquisa bibliográfica, quantitativa e qualitativa. Assim, primeiramente, verifica-se que esse problema é causado pelo fracasso escolar, uma vez que são os alunos das escolas municipais e estaduais, principalmente são-borjense, que estão sendo afetados pelo problema. Mas isso pelo menos pode ser mitigado. Justifica-se a relevância da necessidade de enfatizar que a educação e a cultura são ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento da zona fronteiriças. Será realizado através de uma investigação descritiva, utilizando a metodologia indutiva através do método de abordagem argumentativa.

Palavras-Chave: Patrimônio imaterial, políticas públicas; educação; cultura; interculturalidade.

¹ Professora efetiva tanto da rede municipal quanto estadual. Graduada em Letras, Habilitação: Língua Portuguesa e Espanhol, pela URCAMP, campus São Borja. Especialista em Imagem, História e Memória das Missões: Educação Patrimonial, pela UNIPAMPA, campus São Borja; Especialista em Alfabetização e Letramento, pela UNINTER, polo São Borja; Mestranda em Políticas Públicas pela UNIPAMPA, campus São Borja. Pesquisa sobre A Valorização do Patrimônio Imaterial de Integração Fronteiriça: Políticas Públicas Culturais e Educacionais: Resgate de Memórias Linguísticas da zona fronteiriça. E-mail: evaferrj@yahoo.com.br

² Doutor em Geografia pela UFRGS (2015). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul RS (UNISC). Licenciado em Geografia pela (URI) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo/RS (2007). E-mail: murielpinto@gmail.com.br

RESUMEN: Este artículo tiene como tema: La valoración del patrimonio inmaterial de la integración fronteriza. Su objeto de estudio son las Políticas Públicas Culturales y Educativas / Rescate de memorias lingüísticas fronterizas. Cuyo objetivo es puntuar los derechos patrimoniales para difundir la importancia de los bienes culturales intangibles, a fin de valorarlos como patrimonio intangible, en las diferentes modalidades de enseñanza, de la Educación Básica. Cuyo propósito es alentar la producción oral, textual y cultural de los estudiantes como una posibilidad de valorar los temas del patrimonio inmaterial, producidos por los sujetos que viven en São Borja. Municipio que forma parte de la Mesorregión Medio Sur, en el oeste de Rio Grande do Sul, municipio vecino de Santo Tomé, Argentina. Alimenta la idea de pertenencia y promoción de una cultura de respeto a la diversidad lingüística con un sesgo hacia la interculturalidad. Como resultado, se explica por qué el puntaje promedio por debajo del esperado por el Índice de Desarrollo de Educación Básica (IDEB) en el área de idiomas en 2017. Se utilizará la metodología de investigación bibliográfica, cuantitativa y cualitativa. . Así, en primer lugar, parece que este problema es causado por el fracaso escolar, ya que son los estudiantes de las escuelas municipales y estatales, principalmente de São Borjense, quienes están siendo afectados por el problema. Pero eso al menos puede ser mitigado. Se justifica la relevancia de la necesidad de enfatizar que la educación y la cultura son herramientas indispensables para el desarrollo de la zona fronteriza. Se llevará a cabo a través de una investigación descriptiva, utilizando la metodología inductiva a través del método de enfoque argumentativo.

Palabras clave: patrimonio inmaterial, políticas públicas; educacion; cultura interculturalidad

INTRODUÇÃO

O presente artigo permeia um viés entre as Políticas Públicas Educacionais e Culturais dialogando as suas demandas educacionais, culturais e sua legitimação constitucional. Realiza-se uma análise dos marcos legais e dos princípios da educação, na Constituição Federal de 1988, recorrendo um olhar sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 e outras que serão elencadas na continuidade deste. Para entender melhor, a educação escolar é dividida em dois níveis, segundo a LDB, em seu artigo 21: Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica apresenta três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Observa-se que é relevante apontar os principais elementos legais que interferem no cotidiano das instituições escolares dentro da esfera municipal e estadual. Tem como tema principal: A valoração do Patrimônio Imaterial de integração fronteiriça. Pretende-se realizar um diálogo sobre como resolver o seguinte problema: Como a falta de conhecimento linguístico e de interculturalidade fronteiriça afeta a melhoria educacional na cidade gêmea são-borjense, na Educação Básica? A autora Candau faz uma reflexão sobre essa perspectiva à educação, que na escola havia uma

concepção de currículo, que era considerada como algo bom, pois isso deveria ser transmitida aos alunos, sem críticas e os discentes deveriam apenas assimilar os conteúdos.

No caso da educação, promove-se uma política da universalização, todos são chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural presente na dinâmica, tanto ao que se refere aos conteúdos do currículo quanto às relações entre os diferentes atores, às estratégias utilizadas nas salas de aula, aos valores privilegiados (CANDAU, 2008, p.50).

Nos dias atuais, após a universalização teria de repensar-se essa prática pedagógica, disponibilizando um momento reflexivo à participação e reflexão sobre a pluralidade cultural e a diversidade linguística. Necessita-se partir do pressuposto de que para valorizar algo tem de conhecer, compreender e identificar-se como sujeito capaz de valorizar as suas próprias vivências linguísticas e a bagagem de conhecimentos que carrega consigo ao ingressar na escola. Porque o discente leva consigo à instituição um conhecimento prévio de linguagens. Cabe à escola aprimorar as suas habilidades linguísticas de acordo com a norma padrão. Para poder valorizar e apreciar a língua, o discente tem de ter acesso à uma instituição escolar. Na CF/88, no capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção I, artigo 205 (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 136): “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sabe-se que o acesso a escolarização é um direito a todos os indivíduos, porém nem todos muitas vezes conseguem esse acesso.

E de acordo com o artigo 206, o ensino será ministrado com base em alguns princípios elencados na EC nº 19/98 e EC nº 53/ 2016 que diz nos seus princípios I, II e III: (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 136): “ Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Como Profissional de Educação e Mestranda em Políticas Públicas é relevante acrescentar que a pesquisa é uma das metas de todo estudante. Deste modo, na universidade existe a possibilidade de instigar tal temática, pois no artigo 207 (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 136): “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Esse pressuposto foi garantido pela EC nº 11/96 de que houvesse hoje a oportunidade de coletar dados: tabelas e

gráficos a fim de verificar de como estão apresentando-se os indicadores dos resultados obtidos na área de linguagens desde 2017, como um ponto de partida para acrescentar uma alimentação de ideia que urge a necessidade de formação continuada para docente e discutir ações estratégicas para uma melhoria educacional com mais eficácia e eficiência. Visto que, os discentes demonstraram no ano de 2017, baixo índice de aprendizagem, de Língua Portuguesa; tanto de escolas municipais, quanto estaduais em relação ao ensino aprendizagem, na área de linguagens. Nessa pesquisa tem como público alvo os(as) alunos(as) da Educação Básica, para verificar o porquê ainda não conseguiram entender bem o português. Pretende-se aproveitar esse espaço para argumentar que há a necessidade de divulgar na sala de aula que a língua é um bem imaterial, muito precioso, rica em diversidade cultural. A docente tem de fazer uma reflexão sobre o Brasil, o Estado do RS, suas microregiões e a municipalidade são-borjense em que se vive, dizendo-lhes que a língua oficial é o Português, em todo o território nacional. Embora vários grupos étnicos e sociais participaram da formação do país, isto é, muitas pessoas oriundas de outras nacionalidades ofereceram diferentes contribuições culturais e ajudaram no desenvolvimento econômico e cultural, merecem respeito a sua diversidade. Explicar aos discentes que os povos produzem cultura, mas que cada um tem uma maneira diferente de se comunicar, de se expressar e de utilizar a sua linguagem. Ou seja, é por meio da oralidade que os indivíduos narram a história dos seus ancestrais, das suas práticas sociais, de suas tradições, de suas festas religiosas, dos seus rituais sagrados, dos seus hábitos e costumes vivenciados em seus contextos históricos, religiosos, políticos, regionais e sociais. Na obra Patrimônio Cultural Imaterial, de 2007, p. 6 argumenta que: “Suas crenças, sua visão de mundo, seus saberes e fazeres é transmitido de geração em geração. A cultura engloba tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias e fazem seus poemas”. Por isso é importante a utilização correta do uso da língua portuguesa.

O Ensino Fundamental, atualmente trabalha em ciclos, divide-se em Anos Iniciais e Anos Finais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no (art, & 1º) fixou que a Educação Básica deve ser composta obrigatoriamente pelo “ ensino da língua portuguesa (...)”. O autor (CORDIOLLI, 2011,p. 181) orienta que: “ O Ensino Fundamental regular deve ser ministrado em língua portuguesa, mas “as comunidades indígenas possuem o direito à utilização de suas respectivas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Utilizar-se da língua portuguesa como

instrumento de formação educacional, preparação para o exercício de cidadania e para o trabalho é fundamental para ser um cidadão crítico e atuante na sociedade, sem leitura não tem como obter informação e realizar uma produção textual. A língua é um recurso relevante para que o discente possa aprender as habilidades e desenvolver as competências linguísticas. Ao escutar a oralidade pode iniciar a preservar registros das experiências vivenciadas, dos contos, das músicas, das poesias e os dos causos, ou seja, ouvir é uma habilidade instigante que irá aperfeiçoar a sua escrita. Mas segundo os resultados estatísticos ainda muitos discentes demonstram dificuldades de aprendizagens, isto é, não foi bem apreendida a área de linguagens, ainda nos dias recentes, na municipalidade de São Borja/RS; segundo dados estatísticos do IDEB.

Constitui-se um direito garantido constitucionalmente, que todo discente possa ser alfabetizado. Tem de aprender a ouvir, a escrever, a falar, a ler e a entender corretamente qualquer gênero textual, incluindo a interculturalidade, a partir de sua língua materna esse requisito é imprescindível. Aproveita-se esse momento para pontuar que essa discussão linguística, cultural e patrimonial pode ser linkada com textos oriundos da Educação Patrimonial, dando oportunidade do discente de ler, pois sem ler não conseguirá entender. E sem entender não será capaz de produzir um texto coeso e coerente de uma temática que o docente sugerir em sala de aula. O docente deve mediar conhecimentos linguísticos e propiciar textos ecléticos e de interculturalidade aos discentes, porque cada estudante deve reconhecer que há uma diversidade cultural e linguística nessa área fronteiriça. O(a) aluna(o) tem de despertar sentimentos de respeito pelo veículo de comunicação, que é a língua. E na aula de português pode discutir noções de interculturalidade, para que possa na comunidade respeitar os diferentes saberes e fazeres.

A autora Candau esclarece essa importância, pois afirma que deve haver um diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, da comunidade local, mas que juntos podem construir uma sociedade mais humana, com políticas de igualdade e de identidade. O discente deve ter uma postura de alteridade e empatia além do respeito mútuo. E a sua fala faz parte da área de linguagens, pois está utilizando-se do seu idioma materno para construir saberes. Afirma a autora que:

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do outro, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos

provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAUI, 2008, p. 52).

Ainda nesse momento, como pesquisadora, não poderia deixar de enfatizar que uma das incubência da docente é exigir, na sala de aula, numa roda de leitura, um retrocesso de saberes para que a instituição escolar democrática e participativa possa indagar sobre o conhecimento de diferentes identidades existentes numa mesma municipalidade local: a missioneira; a ribeirinha; a trabalhista; a regionalista, etc. Porque todas comunicam-se por meio das linguagens; ou seja, os discentes necessitam da língua portuguesa para distinguir características orais ou escritas de uma ou de outra identidade a fim de despertar no estudante um sentimento de pertença a uma das vertentes identitárias.

As pessoas fazem parte de diferentes grupos sociais, cujo o alcance pode ou não ser local. Ao longo de sua existência, as pessoas constroem suas identidades, ao se relacionar umas com as outras em diferentes contextos e situações. A identidade de uma pessoa é formada por muitas coisas: sua história de vida, a história de sua família, o lugar de onde veio e onde mora, o jeito como cria seus filhos, fala e se expressa, enfim, tudo aquilo que a torna única e diferente das demais” (IPHAN, 2007, p.6).

Contudo, além de avaliar o governo deve oferecer estratégias de ensino-aprendizagem para ajudá-los na aquisição de saberes linguísticos. É um dever do Estado propiciar condições de melhoria de aprendizagem significativa na área de linguagens oferecendo uma equipe multidisciplinar, para que os discentes possam sanar as suas dificuldades ou amenizá-las. Pois no artigo 208, segundo a EC nº 14/96; EC nº 53/2006 e EC nº 59/2009 o Estado deve assegurar (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 136): “educação básica obrigatória e gratuita dos quatro anos aos dezessete anos de idade; assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Consequentemente, é perceptível a relevância da oferta da educação para esse público alvo. Existe a possibilidade de exigir na sociedade, políticas públicas mais eficientes, eficazes e efetivas em relação a área de linguagens.

Justifica-se esse artigo também pela relevância da necessidade de ressaltar que a língua é um bem cultural imaterial e que deve ser preservada. Ou seja, é ferramenta imprescindível para o desenvolvimento cultural fronteiriço. Na CF/88 título II, dos direitos e

garantias fundamentais, capítulo III artigo 13: “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”. É relevante partir do princípio de alimentar a ideia participativa de que a língua materna brasileira, Língua Portuguesa poderá acrescentar o conhecimento multidisciplinar ao discente, nas instituições escolares, pois são importantes para a melhoria educacional, na área linguística e cultural. Esclarece (CORDIOLLI, 2011, p. 32) que a efetivação das políticas públicas de educação “envolve e depende do envolvimento de ações de diversos segmentos relacionados à educação. São produtos da interação entre ações governamentais e os diversos sujeitos educacionais”. Logo, são diferentes atores desde o gestor (a), o supervisor (a), a orientador (a), os educadores (as), o Círculo de Pais e Mestres (CPM), o Conselho Escolar e outros os agentes ativos, que pensam, elaboram, organizam formas de resistência e implementam ações educativas propostas pelas políticas educacionais, que atualmente discutem no dia “D” a proposta do governo federal que é a Base Nacional do Currículo Comum.

Assim, é na escola que o(a) aluno(a) poderá melhorar o seu processo ensino aprendizagem. É nessa instituição que devem disseminar a importância da valorização do patrimônio imaterial, ou seja, da língua materna de a zona fronteira; priorizando as políticas públicas culturais e educacionais como fonte de disseminação dessa interculturalidade para melhorar o intercâmbio comercial, estudantil e cultural fronteiriço entre as cidades gêmeas³ São Borja/ Brasil e Santo Tomé, província de Corrientes, Argentina. No recorte espacial de São Borja argumenta-se, que o município está localizado a 573 km da capital de Porto Alegre. E possui o primeiro terminal aduaneiro integrado do país. O objetivo desse visa dialogar sobre a importância de melhorar o rendimento escolar no município são-borjense, na área de linguagens, a partir dos saberes linguísticos. Incentivando aos docentes de utilizar a Língua

³ Segundo o Ministério da Integração Nacional (2005), as cidades-gêmeas são núcleos urbanos relativamente interdependentes localizados de um lado e de outro dos limites transfronteiriços que apresentam vetores, tanto, convergentes, derivados do elevado potencial de integração transnacional, quanto divergentes, oriundos das novas ameaças e dos contenciosos característicos das fronteiras, motivo pelo qual se justifica a definição estratégica de políticas públicas focalizadas. Cujas a Portaria 125 de 21 de março de 2014 baseada no artigo 87, da CF/88, parágrafo único, II. Conforme Decreto Lei 8.636/2016 interioriza o tratado Brasil e Argentina, ou seja, interioriza significa que o tratado passa fazer parte da Legislação Brasileira. A Portaria nº 125, de 21/03/2014, no Art. 1º - Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Portuguesa como uma ferramenta de incentivo de disseminação de diferentes saberes linguísticos, como um dos meios de mitigar o problema. Dizendo sempre aos discentes que a língua é um bem cultural imaterial e que se fizerem bom uso dela poderão aprender com mais prazer e facilidade. Sabe-se que no ano de 2017, não obtiveram um excelente êxito. Entretanto, será feita uma nova pesquisa investigativa, do ano 2020, para acrescentar-se no Relatório Técnico, como produto de Mestrado. E não deixando de entrelaçar-se a fomentação da educação e da cultura como boas práticas de aprendizagem para a melhoria de integração fronteiriça com base nas experiências nacionais e internacionais. Porque muitos brasileiros estudam na Argentina e utilizam-se de sua língua materna, para difundir sua cultura e aprender um novo idioma e cultura no momento em que passar assistir as aulas em Santo Tomé. Sabe-se que na municipalidade de Santo Tomé, muitos discentes argentinos, do primário, aprendem a língua portuguesa para que possam compreender e assimilar a cultura da região local. (Na Argentina a implementação da Língua Portuguesa é ofertada segundo o estabelecido no Art. 36 do Tratado de Assunção, como Estados Partes, que declara idiomas oficial, do Mercosul o português e o espanhol). No entanto, os discentes, são-borjenses, para obter a melhoria educacional tem de conhecimentos linguísticos e culturais sobre a importância desse bem imaterial, que é a língua portuguesa, que possui legitimidade constitucional, como afirma o artigo 210: (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 136). “Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. & 2º O ensino fundamental será ministrado em língua portuguesa”.

Portanto, os discentes para melhorarem as suas notas tem de aperfeiçoarem sua habilidade de ler e de escrever, tornando possível conhecer a história dos seus antepassados que viviam nessa região missioneira. Como professora de língua materna: português e pesquisadora da valoração das memórias linguísticas alimenta-se o argumento de que a docente deve ter o entendimento de que a Língua Portuguesa é fundamental à aprendizagem de todas as disciplinas. Alimenta-se a ideia de que esse diálogo deve ser feito com os seus discentes sobre a valoração linguística, isto é, ela é benéfica para aquisição da interpretação escrita. (CACLIARI, 2002, p. 42) explicou que: “A linguística, que é parte de outra ciência chamada semiótica, é o estudo da linguagem. Seu objeto de estudo está voltado para a explicação de como a linguagem humana funciona e de como são as línguas em particular”. A Profissional de Educação deve ser uma incentivadora dessa temática para que os estudantes

possam tornarem-se leitores ecléticos. Além disso, eles precisam participar, tem de ter liberdade de agir e decidir, tanto individual quanto na coletividade de forma organizada fazendo leituras de tipos textuais diversificados, de interdisciplinaridade, para obter sucesso na hora de construir sua produção textual; tem de ter consciência crítica, ética, política e autonomia na tomada de decisão; caso contrário torna-se um sujeito incapaz de valorizar a sua própria língua.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS SÃO-BORJENSE E AS NOTAS OBTIDAS EM LINGUAGENS, NO ANO DE 2017

A fim de avaliar como está a efetivação das políticas públicas educacionais são elaboradas provas em Brasília, pelo Ministério de Educação, para todos os discentes de diferentes localidades do país. Por isso, na municipalidade de São Borja também são feitas pelos discentes. Cujos resultados posteriormente serão mostrados. São realizadas Prova Brasil, de português e matemática, entretanto nesse artigo o foco é enfatizar como está se procedendo o resultado da utilização da Língua Portuguesa. As provas são aplicadas no segundo ano, quinto ano, dos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Mas, para obter-se êxito na sala de aula, em Língua Portuguesa, com cada discente, é imprescindível respeitar a singularidade e o ritmo próprio, de cada discente, respeitando o que exige o artigo 208 da CF/88 VIII: “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Como docente reconhece-se a importância da Língua Portuguesa. Porque desde que ingressar nos Anos Iniciais, a criança irá utilizar, o (a) jovem nos Anos Finais, no Ensino Médio e no Superior irá necessitar desse instrumento linguístico, para expressar os seus sentimentos, os seus argumentos e a sua interpretação de mundo que o rodeia e fará a leitura de textos de diferentes disciplinas, com entendimento, se souber utilizar bem essa ferramenta. Pois sem falar, ouvir, escrever e ler não conseguirá ser um sujeito com consciência crítica capaz de opinar com ética e empatia. A autora argumenta (GOMES, 2015, p. 181): “O ser humano é capaz de refletir sobre a linguagem e analisá-la, e a linguagem é o próprio instrumento para essa reflexão. Atividades sobre a língua, em seus aspectos e em seus variados níveis, são um recurso didático de muito valor para o ensino da língua padrão”. Toda educadora tem de ter em mente a caracterização da área de Língua Portuguesa nos Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental existe a possibilidade de ter o seguinte entendimento sobre língua:

A língua é um sistema de signos histórico e social, que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (BRASIL, 1997, p. 22).

Constata-se que ao utilizar-se das exigências contidas no Plano Nacional de Educação (PNE) terá condições de ajudar ao discente aprender. Nele salienta a importância de alimentar o estabelecido em Lei; conforme afirma o artigo 214, da CF/1988 (EC nº 59/2009) que argumenta principalmente que o cidadão tem de ser alfabetizado.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País (CONSTITUIÇÃO, 2011, p.399).

Para amostragem de as tabelas abaixo, parte-se da pesquisa de Estatística do Censo, coletada para demonstrar que a municipalidade educacional são-borjense, tem que universalizar mais, a fim de atingir algumas metas educacionais. Entre as diferentes Secretarias de Educação do RS, está a 35ª CRE, a qual São Borja pertence. O município, atualmente conta com muitas instituições escolares, distribuídas da seguinte maneira. As tabelas, serão conforme Censo de 2017.

CRE	São Borja	Estadual	Municipal	Federal	Particular	Total
35ª		13	30	1	9	53

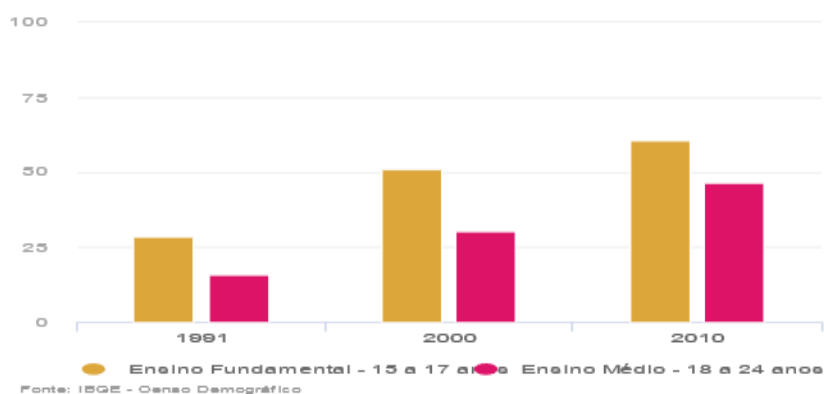
Na segunda amostragem apresenta assim distribuídas nas esferas:

CRE	Depend. Administ.	creche	Pré Escola	EF	Ensino Médio	Ensino Médio Integrado	Educação Profissi.	Educ. Especial	EJA
35ª									
	Estadual	0	40	7,298	3,624	85	442	0	2,450
	Federal	0	0	0	61	154	321	0	29

	Municipal	1,674	2,346	6,291	29	0	0	0	96
	Particular	395	372	1,275	269	0	742	264	45

Segundo estatísticas fornecidas pelo Relatórios⁴ Dinâmicos Monitoramento de Indicadores “Do total de crianças de 6 a 14 anos residentes no município, em 2010, 85,52% frequentavam o Ensino Fundamental.

O indicador apresenta melhoria crescente nos últimos anos, mas ainda é inaceitável ter crianças nesta idade fora da escola. Conforme IBGE, Censo Demográfico em 2017, em São Borja, averigua-se que entre alunos do Ensino Fundamental, 9,1% estão com idade superior à recomendada nos Anos Iniciais e 30,6% nos Anos Finais. A defasagem chega a 33,2% entre os que alcançam o Ensino Médio.



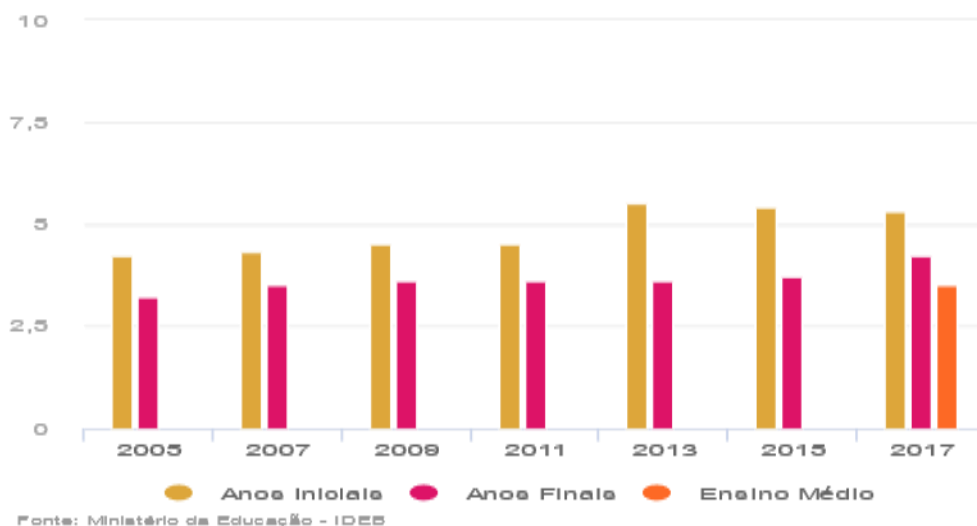
Sabe-se que os educandos devem obter uma melhoria educacional, mas ainda se observa que há discentes que chegam no Terceiro Ano, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sem estar alfabetizado. Há um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no qual são quantificadas as notas obtidas nas provas feitas pelo MEC.

Conforme Relatórios Dinâmicos Monitoramento de Indicadores verifica-se que São Borja, em 2017, esteve na 3.333^a posição, entre os 5.570 municípios do Brasil, quando avaliados os alunos dos Anos Iniciais e na 3.163^a, no caso dos alunos dos Anos Finais, da Educação Básica.

Quando analisado entre os 497 Municípios de seu Estado, São Borja está na 374^a posição nos Anos Iniciais e na 341^a, nos Anos Finais. O IDEB Nacional, em 2017, foi de 5,5

⁴ rd.portalods.com.br/relatórios

para os Anos Iniciais em escolas públicas e de 4,4 para os Anos Finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 7,1 e 6,4. Em São Borja o resultado é o seguinte:



Diante destes dados estatísticos do Ministério de Educação, do IDEB é necessário repensar melhoria de linguagens com urgência a fim de prover condições de aprendizagem significativa. Verifica-se que nas escolas são feitas avaliações de verificação do rendimento escolar do discente baseado em diferentes critérios. A maioria das instituições escolares oferece várias modalidades de avaliação tanto quantitativa, como contínua, cumulativa e qualitativa. Tem a obrigatoriedade da oferta de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, aos estudantes com baixo rendimento escolar. Porém cada instituição tem seu próprio Regimento Escolar para contemplar aos estudantes. Oferecer oportunidade de ir à biblioteca e selecionar o livro que irá ler é um incentivo.

Hoje, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, os docentes estão discutindo a viabilidade de aplicar aulas do processo ensino pedagógico de acordo como sugere as competências específicas de linguagens para o Ensino Fundamental:

Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais. 2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a

construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. 3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação. 4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo. 5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas. 6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos (BNCC, 2018, p. 66).

Urge a necessidade de um chamamento para a valoração do bem cultural imaterial que a língua. Nesse caso a Língua Portuguesa oferece condições de realizar-se um melhor estudo teórico sobre sua relevância, sua contribuição para com os saberes linguísticos e interculturais.

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20).

A RELEVÂNCIA DA VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Nesta seguinte subseção do artigo procurar-se-á realizar um desenho de como se comporta a institucionalização e como se procedeu a implementação do patrimônio imaterial e de sua legitimidade constitucional, para fins de estudos teóricos científicos. No título VIII, da ordem social, capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, seção II, da Cultura relata o seguinte no artigo 215 da CF/88. E para retratar a realidade local são-borjense, desse bem patrimonial imaterial. Em primeiro lugar analisar-se-á o que significa o artigo 215 da CF/88.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando

ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional (CONTITUIÇÃO, 2011, p. 139).

Ao analisar-se o artigo 215 é importante salientar a relevância da valorização do patrimônio cultural brasileiro, que no caso que descreve esse artigo vai reinterar a atenção à valoração linguística da zona fronteira, da municipalidade local, de observar como se procedeu a formação cultural e étnica dessa municipalidade são-borjense. E procurar verificar que ações estão sendo implementadas pelo governo local são-borjense como fomento e incentivo de cultura. Retrata que o recurso da diversidade cultural é imprescindível para a aquisição da competência linguística, nos dias recentes. É possível salientar que ler com clareza, boa entonação de voz, fazer uma declamação de poemas, realizar um recital de poesias, escutar o que significam as letras de músicas da Ronda de São Pedro, dos Angueras, as Nativistas e outras são recursos de melhoria da área de linguagens.

É importante saber reconhecer os sinais gráficos utilizados na escrita da Língua Portuguesa, o que é conotação ou denotação pode acrescentar saberes linguísticos, ou seja, a língua é um bem cultural patrimonial e imaterial que carrega consigo os acontecimentos históricos, os sentimentos da população ribeirinha e daqueles que viveram anteriormente nessa região missioneira, tendo de deixar o espanhol para utilizar a Língua Portuguesa, após o Tratado de Madri.

É relevante sensibilizar-se com todas essas práticas, que antigamente existiam em São Borja tais como: ofício de sapateiro, alfaiate, construção de lanchas, de redes, de flechas, tecelões de algodão, tropeiros, doma, etc, são fontes pesquisa. Pois, esses conhecimentos e técnicas de como faziam, naquela época, talvez tudo tenha se perdido. Utilizavam-se da tradição oral para transmitir de pai para filho esses saberes de fazer e não faziam registros de como deveriam proceder na técnica do fazer determinado objeto. No entanto, devem começar a ser realizados os seus registros, partir dos saberes presentes para entender quais símbolos e sentimentos estavam impregnados nas manifestações de procissões religiosas. Procurar vocabulário utilizados pelos guaranis para fazer um levantamento e listar que palavras são utilizadas ainda na contemporaneidade. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e frui um sentimento de

identidade, de pertencimento, de memórias afetivas e continuidade. Pode, a instituição escolar contribuir para promover o respeito à diversidade cultural.

Compreende-se que anteriormente os bens materiais possuíam salva guarda desde a época do governo de Getúlio Vargas. Por meio do Decreto-Lei Nº 25, de 1937, foi legalizado o Tombamento como instrumento de proteção e de preservação. Esse Decreto-Lei organizou a proteção do patrimônio artístico e histórico nacional. Contudo, foi a partir da Constituição Federal de 1988, que os referidos bens imateriais começaram a fazer parte do Patrimônio Cultural Brasileiro, com legitimidade constitucional. O conceito de patrimônio ligado, na origem, “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço” atualmente é um conceito que transita por diferentes áreas interdisciplinares da produção científica (CHOAY, 2001, p.11). E a seguir é interessante elencar o que afirma o artigo 216 da CF/88, o qual esclarece a objetividade do que é um patrimônio cultural. Percebe-se nessa leitura de que esse patrimônio cultural pode estar dividido em material e imaterial.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (EC nº 42/ 2003) I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas e culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagísticos, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. & 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 140).

Existe a possibilidade concreta de entender que os bens de natureza imaterial são referenciados à identidade, a utilização da língua em determinados grupos da sociedade, também refere-se à memória linguística de um determinado grupo étnico, ou seja, dos diferentes grupos formadores da comunidade local. Porém, a partir do Decreto Lei nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 relata que: “instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constitui patrimônio cultural brasileiro”. Nele institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constitui o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Com o surgimento do Livro de Registro há uma proteção dos saberes, para serem preservados a fim de que as gerações futuras possam se beneficiar com esse patrimônio imaterial. Por isso, o patrimônio linguístico fronteiriço com ênfase de caráter imaterial também recebem esse direito. Porque é a partir da transmissão de

costumes e valores culturais que os bens imateriais, entre as gerações passam a ser preservados e não modificados pelos ensinamentos dos dias recentes. É de extrema importância que os saberes originais sejam preservados, pois eles fornecem: (IEPÉ, p. 11, 2006): “Um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural”. Como os bens imateriais ou intangíveis começaram a destacar-se após a vigência da Constituição Cidadã, foram criadas diferentes modalidades para classificá-las. Ou seja, fazem parte dos bens imateriais:

As tradições e expressões culturais, incluindo a língua como veículo de patrimônio cultural imaterial; dança; música e artes de representação tradicionais; as práticas sociais; os eventos festivos; os conhecimentos e os usos relacionados à natureza e ao universo; as técnicas ancestrais tradicionais (IEPÉ, p. 10, 2006).

Analisa-se que, a partir da valorização cultural dos bens patrimoniais imateriais ou intangíveis, conclui-se que é possível verificar de que na literatura apenas se observava sobre línguas em prol de um Estado Nacional alicerçado sobre a Língua Portuguesa, como única língua oficialmente reconhecida e promovida. Porém há a língua indígena, protegida no artigo 231, da CF/88. Também é dialogada a língua dos Sinais, utilizada pela comunidade dos surdos.

A oficialização nacional da língua brasileira de sinais (LIBRAS), a cooficialização de línguas por municípios, a implementação de programas de educação escolar bilíngues e a oferta de cursos universitários contemplando formação em línguas indígenas, de sinais e de imigração são alguns exemplos desse novo modo de utilizar esse patrimônio imaterial. entendimento das línguas no Brasil (MORELLO, OLIVEIRA; MULLER, 2007).

Nesse artigo, o principal foco é dialogar-se sobre um dos exemplos de patrimônio imaterial a importância dada à língua fronteiriça, da zona fronteiriça entre São Borja/BR e Santo Tomé/AR. Uma definição da UNESCO, comprova que o Patrimônio Cultural Imaterial abrange as tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do patrimônio cultural. (SANTA'ANNA, 2003,p. 52) afirma: “ Não é um instrumento de tutela, mas um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, que pode ser complementar a este”. Isso quer dizer que o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega sua historicidade, sendo responsável pelo fortalecimento da identidade local nacional. Aprender a valorizar a cultura linguística é um mérito fenomenal. Essa marca intercultural de diversidades linguísticas diferentes torna-se recurso de fomento de educação, hibridismo e aculturação.

CONCEITOS DE POLÍTICA LINGUÍSTICA E DE INTERCULTURALIDADE

Para fins de recorte espacial, percebe-se que o Brasil e a Argentina, após o Tratado de Assunção, em 1991, com a criação do MERCOSUL, continuaram estreitando as suas relações internacionais exercendo influências em virtude de suas aptidões de governabilidade⁵ política sobre limites fronteiriços. Esclarece a autora Elvira Narvaja de Arnoux (2011) que por um lado, o Tratado de Assunção enfatizava apenas os aspectos comerciais da união. Enquanto, o Tratado Constitutivo da União de Nações da América do Sul (UNASUL), assinado em 2008, integra já aspectos linguísticos e culturais, declarando o caráter plurilíngue das nações que a integram e definindo quatro línguas oficiais: o castelhano, o inglês, o português e o neerlandês. Verifica-se que poucos são os documentos elaborados no âmbito das línguas do Mercosul: O Protocolo de intenções (13 de dezembro de 1991), no artigo 4º demonstra o interesse de difundir as línguas oficiais do Mercosul por intermédio dos Sistemas Educacionais. Constata-se a existência do Plano Trienal para o setor educacional no contexto do Mercosul, aprovado na primeira reunião dos Ministros de Educação em 1992, modificado e prorrogado por três anos em 10 de dezembro de 1998 no Rio de Janeiro, no qual se define a atividade do Comitê coordenador regional, no qual aborda a qualidade das políticas educacionais da região. Ainda na Revista Política e planificação linguística (2012) faz menção de lembrar os trabalhos sobre os censos linguísticos e diagnósticos sociolinguísticos desenvolvidos pelo GTPL (Grupo de Trabalho sobre Política Linguística) no âmbito do Mercosul, com especial atenção para a questão da definição das línguas oficiais do Bloco e formação linguística dos professores de português e espanhol como primeiras e segundas línguas e até como línguas estrangeiras. A autora Arnoux afirma:

Muitos dos seus objetivos específicos exigem para sua implementação a consideração de aspectos glotopolíticos: o acesso universal à educação de qualidade e o reconhecimento regional de estudos e títulos; a consolidação de uma identidade da América do Sul; o propósito de alcançar uma cidadania da América do Sul; a participação plena da cidadania no processo da integração e da união da América do Sul; a definição e implementação de políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica; e a promoção da diversidade cultural (ARNOUX, 2011, p. 59).

Sensibiliza-se ao notar-se que a população de ambas as municipalidades, até mesmo por causa da mobilidade espacial, dissemina informações por meio de rede ou de integração,

⁵ Governabilidade: Controle, por alguns meios, de modo que um conjunto de resultados seja obtido.

utilizando-se do entendimento idiomático e de práticas culturais e sociais, que os ancestrais povos indígenas guaranis preservaram seu idioma materno e aprenderam, por forças de imposição ou de aceitação com os seus colonizadores espanhóis uma outra língua ofertada na época o espanhol, quando da fundação de reduções missionárias nesses territórios. Sugere Calvet, 2007:p.12 que: “A política linguística é inseparável de sua aplicação”, isto é, quando Estados definem uma política linguística, faz-se necessário, também, definir as ações que podem ser alimentadas na pauta geral das discussões governamentais, que permitirão a efetivação de tal política, por isso como São Borja e Santo Tomé são cidades gêmeas podem utilizar-se do bilinguismo em suas escolas fronteiriças.

Por isso é legítima e constitucional essa oportunidade de partilhar língua, intercâmbios, interculturalidade e a história da localidade, porque permite que as pessoas distingam uma língua materna de seu país entre as outras, com a vantagem adicional de facilitar a compreensão textual e oral, a cooperação, a empatia e a proteção patrimonial desse bem imaterial. O autor Calvet entende por política linguística “um conjunto de decisões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão”.

Segundo a Emenda Constitucional⁶, que acrescenta ao artigo 215 da CF/88 instituindo o Plano Nacional de Cultura, o qual pontua no parágrafo I, “defesa e valorização do patrimônio cultural” e II “produção de bens culturais” socializar e integrar esses conhecimentos de integração linguística é imprescindível. Calvet (2007:p. 157) afirma que “as políticas linguísticas existem para nos recordar, em caso de dúvida, os laços estreitos entre línguas e sociedades”. Consequentemente é função da Política Linguística, enquanto área do conhecimento, clarear esses laços estreitos fronteiriços, pois o não-fazer em política também é um fazer político.

É necessário ter respeito pela diversidade cultural, pelo bilinguismo e pelo plurilíngue para que consigam existir relações de interculturalidade. Porque só existe a interculturalidade quando duas ou mais culturas interagem, ou seja, pessoas brasileiras e argentinas trocam intercâmbios, saberes linguísticos e culturais, demonstram atitude de respeito ao escutar a outra. Contam suas histórias, esperanças e lembranças. Sacavino afirma que a interculturalidade:

⁶ Emenda Constitucional nº 48 de 2005. Brasília, 10 de agosto 2005.

Fortalece a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, assim como questiona uma visão essencializada da sua constituição. Potencia os processos de empoderamento, principalmente de sujeitos e atores inferiorizados e subalternizados e estimula os processos de construção da autonomia num horizonte de emancipação social, de construção de sociedades onde sejam possíveis relações igualitárias entre diferentes sujeitos e atores socioculturais (SACAVINO, 2012).

Há autores que acreditam que a perspectiva intercultural é um caminho para desvelar os processos de de-colonialidade e construir espaços, conhecimentos, práticas que permitam a construção de sociedades distintas. É possível entender que a interculturalidade é relevante, porque ela dá condições de as pessoas estreitarem os seus laços de relações interpessoais e reconstruir com empatia e alteridade a sua própria vida, dando um sentido afetivo para ela. Assim, há a viabilidade de dialogar-se com o outro sempre respeitando a diversidade cultural: Para Walsh interculturalidade é:

mais do que um simples conceito de inter-relação, a interculturalidade assinala e significa processos de construção de conhecimentos ‘outros’, de uma prática política ‘outra’, de um poder social ‘outro’, e de uma sociedade ‘outra’, formas diferentes de pensar e atuar em relação e contra a modernidade/colonialidade, um paradigma que é pensado através da prática política (WALSH, 2006, p.21).

Logo, é sabido que a situação de política linguística e da interculturalidade podem imprimir na fala de uma região graus distintos de complexidade, gerando expressões híbridas, criações lexicais, sotaque marcado por influências de línguas vizinhas, sem contar a diversidade de situações que precisam ser levadas em conta, especialmente no sistema educacional das zonas de fronteira.

METODOLOGIA

O presente artigo utiliza-se da metodologia de uma pesquisa descritiva, cuja metodologia utilizada para realização desse artigo é a indutiva, porque parte da realidade para construir dados concretos. Enquanto o método utilizar-se-á nesse a abordagem argumentativa. Também a pesquisa será de natureza quanti e qualitativa, para Richard (apud OLIVEIRA, 2011, p.25): “a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades da coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. Já a “abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu

significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto” (TRIVINOS apud OLIVEIRA, 2011, p. 24) Segundo (SECCI, 2016, p. 15): “As análises argumentativas vieram para adaptar a produção do conhecimento de política pública à lógica política, para ganhar mais conhecimento útil, temporal e orientado para a ação”. Nesse também serão utilizados argumentos favoráveis ao objeto de estudo deste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendia-se realizar um diálogo sobre como resolver o seguinte problema: Como a falta de conhecimento linguístico fronteiriço afetava a melhoria educacional das cidades de São Borja / Brasil, na Educação Básica? É possível enfatizar a relevância da leitura eclética, para que os discentes possam superar o baixo índice de aprendizagem na área de linguagens. Esse artigo é fruto de um Projeto de Mestrado para o ano de 2019, no qual almeja-se dar continuidade a pesquisa científica, realizar um Relatório Técnico para demonstrar dados de estudos comparativos entre os anos 2017 a 2020, em relação a indicadores de notas obtidas, na área das linguagens. E propor algumas recomendações técnicas para amenizar o problema. Também abordar a relevância do patrimônio imaterial linguístico fronteiriço, que deve ser muito utilizado para que melhore os índices de notas obtidas posteriormente.

Sabendo-se que a aquisição da língua materna, ou seja, a aquisição da língua padrão deve ser aplicada na intervenção pedagógica, na sala de aula, aplicando alternadamente as quatro habilidades: a fala e a compreensão oral, a leitura e a compreensão escrita para que os discentes possam tornarem-se leitores ecléticos dos saberes linguísticos e culturais, do local onde vivem e do mundo que o rodeia.

Como professora de língua materna defendo a ideia de que toda a educadora deve mediar os conhecimentos históricos, geográficos, patrimoniais e interdisciplinares propiciando-lhes condições de despertar o sentimento de pertença, identidade e de interculturalidade. Mostrando no cotidiano escolar sobre a relevância desses conhecimentos para que adquiram a valoração do patrimônio imaterial.

Após, a pesquisa bibliográfica, análise quanti, qualitativa e descritiva, partiu-se para uma abordagem argumentativa, porque é possível concluir-se que existe a necessidade de solucionar esse problema público que é o baixo índice de notas obtidas na área de linguagens, nas escolas públicas.

Conclui-se, que esse problema é causado pelo fracasso escolar, uma vez que são os discentes das escolas municipais e estaduais, que foram afetados pela problemática das dificuldades de ler, escrever, compreender e interpretar diferentes gêneros textuais. Os(as) alunos(as) têm várias dificuldades para lidar com esse problema, tais como: conflitos familiares, pobreza, falta de emprego, falta de interesse e de conhecimento da valorização das manifestações linguísticas e culturais.

Além disso, alguns discentes têm dificuldades para lidar com esse problema, devido a fatores externos tais como: evasão escolar, falta de conhecimento linguístico, dificuldades ortográficas e falta de interesse na leitura eclética, mas o problema pode ser mitigado se oferecer sugestões de novas metodologias práticas para vivenciar a construção da valorização linguística por meio de jogos ortográficos, de roda de leitura, etc.

Assim, percebeu-se que ainda é ineficiente as políticas públicas educacionais ofertadas aos discentes de acordo com os resultados obtidos no Censo de 2017, na área de linguagens. Para solucionar esse problema falta desenhar políticas públicas, que sejam eficientes, efetivas e que tenham eficácia e legitimidade social. Recomenda-se criar incentivos para que os atores envolvidos, os educadores(as) sejam induzidos a direcionar as suas ações pedagógicas, as suas práticas educativas de acordo com o que sugere a nova Base Nacional Comum Curricular, na área de linguagens

Urge a necessidade de realizar-se práticas pedagógicas com objetivos de propiciar condições de melhoria no processo ensino-pedagógico com aplicação de novas dinâmicas midiáticas que contribuem com o sucesso da visualização e do reconhecimento do patrimônio cultural imaterial que é a língua portuguesa. É necessário oportunizar conhecimentos de Língua Portuguesa como língua materna. É imprescindível, que haja formação continuada para os docentes das diferentes modalidades da Educação Básica, pois trazem acréscimo de conhecimentos linguísticos e de interculturalidade.

Verificou-se que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, reconheceu aos indígenas o direito à língua, a cultura e educação próprios e definiu um importante marco jurídico em prol dessas comunidades, aproveitou-se esse momento ao finalizar esse acrescentar essa ideia contemplativa e muito relevante de direito legítimo, pontuar o respeito aos saberes fazer dos ancestrais indígenas. Porém, sobre todas as demais línguas brasileiras faladas por imigrantes, surdos, negros ou fronteiriços, ainda não apresenta nenhum respaldo constitucional. Mesmo sabendo-se da existência da política linguística;

nesse estudo será feita apenas uma análise sobre a língua faladas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: a língua portuguesa, no Brasil como língua materna.

Nesse artigo, finalmente abre-se um parentese para alimentar-se a ideia de que existe na municipalidade são-borjense uma segunda opção a língua espanhola devido à proximidade missioneira e fronteira com Santo Tomé, República Argentina. E pelo fato de ambas as municipalidades serem cidades gêmeas e segundo o Decreto Lei 8.636/2016 possa ser utilizada. Há algumas escolas de Tempo Integral, que ofertam essa língua aos discentes, como uma Atividade Complementar. Pergunta-se no que teria acréscimo à melhoria educacional ao utilizar-se de uma segunda opção linguística fronteira? Acredita-se que todo o conhecimento de novos saberes linguísticos pode despertar no leitor mais informação e motivação. A criança enquanto está na primeira infância de melhores condições de assimilar novos conhecimentos linguísticos. Se o discente tiver essa oportunidade e aproveitar para a aprender diversidade linguística fronteira só terá mais sucesso escolar, mais prontidão e entusiasmo. Muitos discentes observam que há pessoas da Argentina que estão no mercado adquirindo produtos, eles se encantam e querem conhecer aquele idioma, pois a sua curiosidade foi aguçada. São Borja contou com o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), programa da Universidade Federal de Santa Maria (RS), no qual docentes de Santo Tomé/Argentina vinham lecionar espanhol em escolas da rede municipal, enquanto professores são-borjenses iam lecionar português. Foi um ótimo programa, mas foi extinto. No entanto, ainda tem em outras localidades fronteiriças fecha-se parêntese, porque é um tema que será dialogado posteriormente.

Assim, essa oportunidade de partilhar língua, intercâmbios, interculturalidade e a história da localidade permite que as pessoas distingam a língua materna de seu país entre as outras, com a vantagem adicional de facilitar a compreensão textual e oral, a cooperação, a empatia e a proteção linguística de seu país, a fim de valorizar-se a língua como patrimônio imaterial. Recomenda-se que os docentes possam escolher estratégias de melhoria linguística para contemplar aos seus discentes. Propiciar condições para que o discente possa refletir sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana, fazer uma reflexão sobre as tradições orais e seus gêneros, considerando-se as práticas sociais em que tais textos surgem e se perpetuam, bem como os sentidos que geram.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora do Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **PCN: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística**. 10. Ed. São Paulo: Scipione, 2012.

CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola: IPOL, 2007.

CHOAY, F. (2001). **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP.

CORDIOLLI, Marcos Antonio. **Sistemas de Ensino e Políticas Educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibpx, 2011.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

_____. IEPÉ. **Patrimônio Cultural Imaterial e povos indígenas**, 2006.

_____. Lei n.10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 JAN.2001.

_____. Lei n.11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 DEZ.2003.

_____. Lei n.11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 DE FEV.

MELO, Alessandro de. **Fundamentos socioculturais da educação**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MORELLO, Rosâng; OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras. Patrimônio** - Revista eletrônica do IPHAN, Campinas, n. 6, jan./fev. 2007. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=211>. Acesso em: 20 DE OUTUBRO DE 2019.

NARVAJA DE ARNOUX, Elvira. **Política linguística: los contextos de la disciplina**. OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas de administração**. 2011. 72f. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

Revista Políticas Linguísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional, 1997, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, p. 13-24, 1999.

_____. Política Linguística no Mercosul: a questão da integração científica e cultural. In: **Percursos da memória: construção do imaginário nacional**. LEMOS, M.T.T.B. & BAHIA, L.H. Rio de Janeiro: Uerj, NUSEG, 2000.

SANT'ANNA, Marcia. **A face imaterial do patrimônio cultural os novos instrumentos de reconhecimento e valorização** in: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario(orgs). **Memória e patrimônio: ensaio-contemporâneos**: Rj. PPS, a, 2003.

SECCI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendações de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

WALSH, C.; GARCÍA, J. **El pensar del emergente movimiento afroecuatoriano. Reflexiones (des)de un proceso**. In: MATO, D. (Org.). **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder**. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y Universidad central de Venezuela, 2002. p. 317-326.

_____. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial- reflexiones latinoamericanas**. Quito: Abya-Yala, 2005. _____. **Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la 'diferencia colonial**. In: WALSH, C. et al. **Interculturalidad, descolonización del estado e del conocimiento**. Buenos Aires: Signo, 2006. p. 21-70.

Revista: